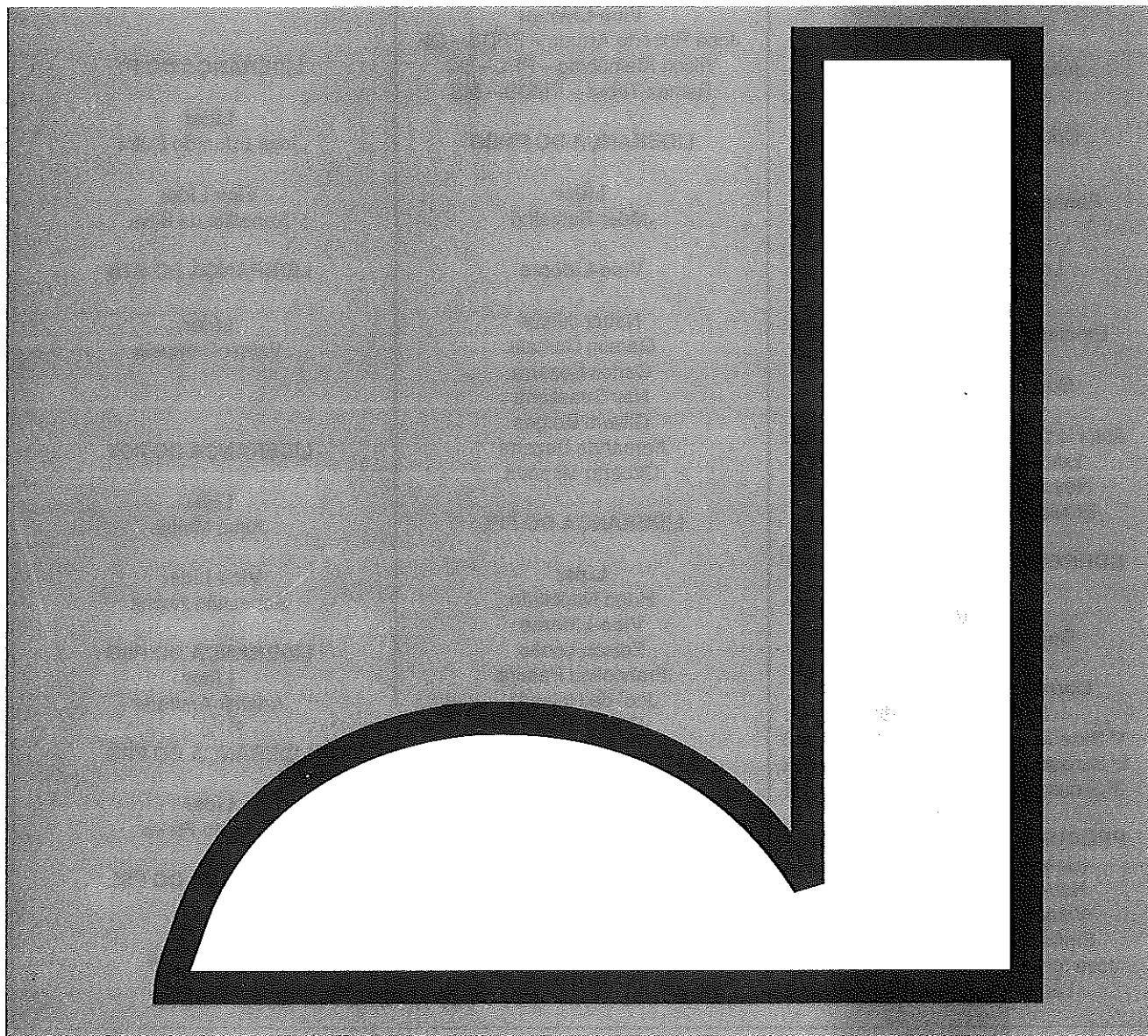




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA**Presidente**

José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francellino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafetiera

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGAÇIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquígrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 204ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Requerimentos

Nº 1.093, de 1996, da Comissão Especial criada através do Requerimento nº 470, de 1995, destinada a analisar a programação de Rádio e TV no País, solicitando a prorrogação, até o dia 30 de junho de 1997, do prazo concedido àquele órgão técnico. 18935

Nº 1.094, de 1996, de autoria do Senador Francisco Escórcio, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, do artigo de Carlos Magalhães, intitulado "Plano Piloto – DF", publicado no *Jornal de Brasília*, de 23 do corrente. 18935

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Considerações sobre a medida provisória que dispõe sobre o Imposto Territorial Rural – ITR, sobre o pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária, e dá outras providências, principalmente em relação ao Estado do Amazonas, que tem características fundiárias peculiares. 18935

SENADOR VALMIR CAMPELO – Importância da medida provisória que aumenta imposto territorial rural de latifúndios improdutivos. Modelo fundiário concentracionista. 18936

SENADOR JOSAPHAT MARINHO – Perversidade do Programa de Desligamento Voluntário de servidores civis do Poder Executivo Federal, lançado através da Medida Provisória nº 1.530, de 1996, ressaltando, ainda, as incoerências do Governo Fernando Henrique Cardoso. 18937

SENADOR GUILHERME PALMEIRA – Associando-se ao pronunciamento do orador que o antecedeu na tribuna. Congratulando-se com o Governo Federal pela adoção da Medida Provisória nº 1.526, de 5 do corrente, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, Institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pe-

queno Porte – Simples, e dá outras providências. Crise do sistema previdenciário brasileiro e sua relação com o crescimento do déficit público. 18940

SENADOR NABOR JÚNIOR – Presença dos dirigentes do Comitê Olímpico Internacional na cidade do Rio de Janeiro, que deseja sediar as olimpíadas de 2004. Análise da decadência dos clubes de futebol no Rio de Janeiro. 18942

SENADORA MARINA SILVA – Parabenizando a Polícia Federal pela prisão, na data de hoje, no Paraná, de Darcy Alves de Sousa, assassino de Chico Mendes. 18944

SENADOR JOSÉ ALVES – Anúncio do Governo Federal de que submeterá o edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce ao Senado Federal. 18945

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Defesa da atualização da Lei de Licitações e Contratos. 18947

SENADOR GERALDO MELO – Debate sobre a participação de parlamentares em eventos internacionais. Relato de sua participação, como convidado da União Interparlamentar, na reunião da FAO para discutir a questão da fome no mundo, realizada em Roma, de 13 a 17 deste mês. 18949

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Requerimento apresentado por S. Ex.^a, propondo moção de apoio à realização da Olimpíada de 2004 na cidade do Rio de Janeiro. 18951

1.2.3 – Requerimentos

Nº 1.095, de 1996, de autoria do Senador José Roberto Arruda, solicitando que seja consignado voto de solidariedade e apoio do Senado à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2004. 18952

Nº 1.096, de 1996, de autoria do Senador Guilherme Palmeira, solicitando ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Sr. Reinhold Stephanes, as informações que menciona. 18953

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 115, de 1996, de autoria do Senador Vilson Kleinübing, que altera a Resolução do Senado Federal nº 69/95, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas Autarquias, inclusive

concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.	18953	Nºs 1.313 a 1.315, de 1996.	18955
1.2.5 – Comunicação da Presidência		3 – MESA DIRETORA	
Convocação de sessão conjunta a realizar-se dia 28 próximo, às 11 horas e 30 minutos, destinada à apreciação de vetos presidenciais.....	18954	4 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
1.2.6 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão		5 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
1.3 – ENCERRAMENTO		6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Apostila referente ao Ato nº 378, de 1993, do Presidente do Senado Federal, de aposentadoria de José Pereira dos Santos.	18955	8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 204ª Sessão Não Deliberativa em 25 de novembro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Valmir Campelo, Jefferson Péres e Nabor Júnior

(Inicia-se a sessão às 14h30min.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 1996

Senhor Presidente,

A Comissão Especial, criada através do Requerimento nº 470/1995-SF, destinada a "Analisar a Programação de Rádio e TV, no País", de conformidade com o artigo 76, § 1º, alínea a do Regimento Interno do Senado Federal, requer a Vossa Excelência a prorrogação até o dia 30 de junho de 1997, do prazo concedido a este Órgão Técnico.

Justificamos o presente requerimento em virtude de o Relator necessitar de mais tempo para concluir o Relatório Final, que deverá ainda ser discutido e votado pela Comissão.

Ao ensejo apresentamos a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1996. – Senador **Hugo Napoleão**, Presidente – Senador **Pedro Simon**, Relator – Senador **Valmir Campelo** – Senador **Sérgio Machado** – Senador **Gilberto Miranda** – Senador **Leomar Quintanilha** – Senador **Lauro Campos**.

O PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A matéria será votada na próxima sessão, deliberativa.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo de Carlos Magalhães, intitulado "Plano Piloto – DF", publicado no jornal de Brasília de 23 de novembro de 1996.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1996. Senador **Francisco Escórcio**.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento lido será submetido ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Alves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Joel de Hollanda. (Pausa.)

Em permuta com o Senador Valmir Campelo, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em boa hora o Governo decidiu mexer no Imposto Territorial Rural para torná-lo um instrumento efetivo para a realização ou agilização do processo de reforma agrária no País.

Não há dúvida, ninguém discute, Sr. Presidente, que a existência de grandes propriedades improdutivas com baixa tributação constitui um escândalo num País onde tantos necessitam de um trato de terra para trabalhar e não a possuem. Duvido que alguém, neste País, ouse contestar a validade dessa medida tomada pelo Governo. Mesmo aqueles que, na chamada Bancada Ruralista, fazem restrições à nova modalidade de tributação, contestam apenas o valor das alíquotas quanto às terras produtivas, não quanto àquelas que não são utilizadas.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, receio que a medida não tenha levado em conta a multiplicidade do nosso País. Evidentemente, a realidade da Região Norte não é a mesma da Região Sudeste ou mesmo da Região Nordeste.

Em meu Estado, em particular, o maior da Federação, com um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados, há uma situação de subpovoamento: o Amazonas tem pouco mais de um habitante por quilômetro quadrado.

Trata-se de um Estado onde a devastação ainda não ocorreu; apenas cerca de 2% a 2,5% da sua superfície foram desmatados, ou seja, o Estado está

basicamente com o seu revestimento florestal preservado.

O Estado não é agrícola, Sr. Presidente. O Amazonas tem baixíssima produção agrícola ou pecuária; as grandes propriedades ou são terras improdutivas ou se ocupam do extrativismo florestal.

Há 150 anos, seringais são explorados sem que se abata uma árvore sequer. Há muito mais tempo, os castanhais são explorados apenas pelo sistema de coleta dos ouriços de castanha, mantendo-se a mata intacta. As grandes propriedades que não exploram nem mesmo o extrativismo florestal são terras sem valor, cujos proprietários buscam vendê-las e não encontram compradores. No Estado do Amazonas, a terra não serve absolutamente de reserva de valor, porque, repito, existe oferta, mas não procura no mercado imobiliário.

No entanto, esses grandes proprietários rurais, com latifúndios de dez, vinte, cinquenta mil hectares ou mais, não podem, de forma alguma, ser acusados de exercerem uma atividade anti-social, como seriam, se essas extensões territoriais estivessem enclavadas no Nordeste, no Sul ou no Sudeste. E não podem ser acusados de não dar um fim útil à terra, Sr. Presidente, porque nada mais útil, não existe finalidade mais útil na Região Amazônica que simplesmente manter a floresta intocada.

Na verdade, esses grandes proprietários rurais do meu Estado, empobrecidos, estão longe, muito longe da imagem do grande fazendeiro ou ruralista opulento; é um homem pobre e que presta à Nação, por incrível que pareça — pode até ser paradoxal —, um grande serviço, porque exerce praticamente a função de guarda florestal ao manter o revestimento florístico intocado.

Taxar essa propriedade fortemente, numa taxa progressiva, a ponto de levá-la à expropriação, para fim de reforma agrária, seria simplesmente transformar uma reserva florestal, uma reserva ecológica numa área exposta ao desmatamento desbragado.

Vou esperar o projeto chegar ao Senado para submetê-lo a ampla discussão e, se for o caso, emendá-lo. Não podemos de forma alguma aplicar à Região Norte, à Região Amazônica, mas em particular, repito, ao Estado do Amazonas, medida que é justa, é defensável, é necessária nas demais Regiões do País, mas nunca na minha Região, que apresenta uma realidade sócio-econômica e ecológica inteiramente diferente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Convidamos o Senador Jefferson Péres para presidir os trabalhos. (Pausa.)

O Sr. Valmir Campelo deixa a presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o modelo fundiário concentracionista está na origem de nossa colonização ibérica, quando este imenso território de extensão continental foi retalhado e distribuído a umas poucas famílias, formando o que ficou conhecido como capitânias hereditárias, verdadeiros feudos improdutivos entregues a poucos em detrimento de tantos.

Essa tradição, Sr. Presidente, com a qual nunca rompemos, gerou o País de contrastes que temos hoje. Somos a maior extensão de terras agricultáveis do Planeta, mas importamos alimentos. Disponhamos de milhares e milhares de hectares vazios e improdutivos e empurramos milhões de bóias-frias, sem-terra, para a periferia das grandes cidades, tornado-as cada vez mais miseráveis e violentas.

Na verdade, a estrutura agrária brasileira não prevê a absorção da abundante mão-de-obra não-especializada do homem do campo. A mecanização crescente do meio rural desemprega mais e mais pessoas a cada dia.

A concentração fundiária não dá alternativa para aqueles milhares de trabalhadores analfabetos: ou migram para as cidades, onde serão igualmente devorados, ou submetem-se à condição de sem-terra e correm o risco de serem manipulados ideologicamente por parte de lideranças radicais que enxergam apenas a violência como instrumento de transformação.

O Governo Fernando Henrique Cardoso, como é óbvio, não é o autor desse quadro; ao contrário, é seu herdeiro. No entanto, essa constatação não pode turvar a vista para a realidade do drama social rural brasileiro. Ele existe, não é invenção da mídia.

A realidade exposta por Euclides da Cunha no magistral Os Sertões, há quase um século, é substancialmente a mesma de hoje em extensas partes do território nacional.

O Estatuto da Terra, aprovado no Governo Castelo Branco há três décadas, jamais foi efetivamente aplicado. Era considerado, na época, um documento tímido que utilizava a tributação de terras ociosas como instrumento para combater a especu-

lação. A verdade dos fatos é que nunca houve vontade política para fazê-lo.

Ao editar medida provisória elevando em até 350% as alíquotas do Imposto Territorial Rural dos imóveis improdutivos, o Governo tenta, enfim, estabelecer as diretrizes de sua política para o setor. A mim me parece uma idéia sensata taxar substancialmente os latifúndios improdutivos com o intuito de forçar uma melhor distribuição das terras. Na prática, Sr. Presidente, é a reforma agrária por vias indiretas, com a vantagem de "desvestir" o tema da excessiva ideologia de que se revestiu ao longo dos anos.

Taxar a propriedade improdutiva, a meu ver, é imperativo de questão econômica e de paz social. O Brasil precisa aumentar a produtividade no campo e reduzir as tensões nos grandes centros urbanos. Cobrando caro de quem insiste em manter extensas propriedades sem nenhuma atividade produtiva, damos o primeiro passo para a implementação de uma política de assentamentos rurais pacífica, como convém à índole do povo brasileiro.

Não restam dúvidas de que é preciso assentar os trabalhadores rurais, dar-lhes condições de produzir e aumentar a riqueza nacional. É inconcebível que o País mais bem-dotado do mundo para a prática agrícola e com o potencial que tem ainda importe alimentos e presencie conflitos por posse de terras. Não faz sentido!

Por outro lado, é ilusão supor que a questão agrária brasileira será resolvida unicamente com a taxação dos latifúndios improdutivos. É preciso articular os Três Poderes e, o que é mais importante, a sociedade como um todo.

Ao Congresso Nacional cabe rever a legislação e aprimorá-la, criando, por exemplo, a justiça agrária, capaz de resolver conflitos de maneira sumária.

O principal mérito dessa medida provisória que eleva a alíquota do ITR é que ela pode ser ponto de partida para uma efetiva mudança de visão política do País, em relação ao meio rural. Tenho a esperança de que o seja, Sr. Presidente.

A visão distorcida da elite dirigente brasileira não pode continuar sujeitando milhões de trabalhadores rurais à miséria, impedindo-lhes o acesso aos mais elementares direitos da cidadania.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tem a palavra o Senador Edison Lobão. (Pausa)

Tem a palavra o Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Geraldo Melo. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Josaphat Marinho. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo Federal começou, no dia 21 último, a execução do Programa de Desligamento Voluntário dos servidores públicos. Foi o eufemismo que usou para, na verdade, demiti-los.

Um Governo que não estima o regime de planejamento, no caso do afastamento dos servidores públicos previu tudo: as diferentes categorias de servidores, o tempo de serviço, os salários percebidos e até o prêmio a quem se antecipar na adesão, como se costuma dizer, ao projeto. Na verdade, prêmio a quem mais se submeter à injustiça oficial.

Segundo declarações dos órgãos do Governo e da imprensa, são esperados afastamentos que podem variar entre 16 e 30 ou 32 mil funcionários. As vantagens prometidas podem variar entre R\$20 mil e R\$30 mil ou um pouco mais.

Para evitar que aderissem livremente ao Plano, o Governo excluiu os que lhe pareceram conveniente excluir. Vale dizer, o plano vai atingir os funcionários de menor categoria. Os mais qualificados, os que mais percebem, os de posição mais alta, são excluídos.

Escrevendo em torno do assunto, o Sr. Nelson Marconi, que é Diretor de Carreiras e Remuneração do Ministério da Administração, dá esta informação. Primeiro, diz que as alternativas são atraentes, ou seja, considera conveniente o convite ao desemprego. Ao lado disso, acrescenta:

"A economia gerada pelo programa dependerá, logicamente, do número de servidores que aderirem. Segundo nossas avaliações, entre 16 mil e 32 mil servidores deverão optar pelo desligamento voluntário do serviço público federal."

E tenta avallar numericamente o que vai acontecer:

"Estima-se, a partir desses números, que o custo relativo ao pagamento das indenizações se situará no intervalo entre R\$425 milhões e R\$850 milhões, e a economia anual gerada atingiria entre R\$211 milhões e R\$422 milhões, o que implicaria no retorno dos recursos aplicados no programa em, aproximadamente, dois anos."

Enquanto o Governo anuncia esses números, – e digo o Governo porque a palavra é de um Diretor do Ministério da Administração, – a título de econo-

ma, os jornais noticiaram, sem contestação, que o Governo acaba de assumir a responsabilidade do pagamento de R\$1,5 bilhão de dívida da Rede Ferroviária Federal e da Legião Brasileira de Assistência com a Previdência Social. Veja esta desproporção: ao longo de dois anos o Governo poderá obter em retorno um valor, talvez, de R\$900 milhões, mas desde já assume a responsabilidade de pagar dívidas de R\$1,5 bilhão.

Pergunta-se: onde está a coerência do Governo? Não pode manter modestos funcionários no serviço, a título de economia, porém, pode assumir, entre outras, a responsabilidade do pagamento de dívida de mais de 1 bilhão de reais? E não é só. Ainda na semana finda, este Senado votou projeto pelo qual o Governo assume a responsabilidade do pagamento de custos excedentes resultantes da construção e operação de usinas hidrelétricas. Repita-se a indagação. Onde está a coerência do Poder Federal? Como justifica, moralmente, que faça sair, por um artifício visível do serviço público, servidores, no momento de graves dificuldades para a economia do País, ou, dizendo melhor, para a recolocação dessa mão-de-obra e assume o dever de pagar tais excedentes?

O Sr. Francisco Escórcio – Senador Josaphat Marinho, me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Pois não, V. Exª tem o aparte.

O Sr. Francisco Escórcio – Desculpe-me interromper o pensamento tão lógico, tão brilhante do nobre Senador.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – É um prazer receber o seu aparte, nobre Senador.

O SR. Francisco Escórcio – Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho. Se examinarmos os números que V. Exª está nos traz, verificaremos que existe uma injustiça muito grande. Os funcionários públicos, há mais de dois anos, não sabem o que é ter reajuste. Em compensação, V. Exª nos apresenta números com os quais não podemos ficar satisfeitos. Eu, que pertenço a um Partido que dá sustentação ao Governo, não poderia deixar de falar sobre isso e de alertar o Governo para o fato de que os tecnocratas estão fazendo coisas que prejudicam a imagem do próprio Governo. Não posso ficar calado diante disso. Ninguém pode calar-se diante de um plano desse tipo, em que o tecnocrata não levou em consideração o social. O que isso pode trazer a inúmeras famílias deste País? Sei que V. Exª está muito preocupado com o lado social. Na sexta-feira passada, fiz um pronunciamento, no qual chamava a

atenção do Governo para esse aspecto. Era o que tinha a dizer, Senador Josaphat Marinho. Muito obrigado pelo aparte que V. Exª me concedeu.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Nobre Senador Francisco Escórcio, agradeço-lhe o aparte. Sobre tudo, saliento a particularidade, a que se refere, da preocupação que se deve ter com o social. Esta é a preocupação que me traz à tribuna. Não me agrada nela encontrar-me para condenar o Governo, inclusive, porque também sou membro de um Partido que o apóia. Eleitor do Presidente Fernando Henrique Cardoso, estimaria aqui me encontrar para elogiar os atos do Governo pelo bem-estar coletivo. Dele, entretanto, tenho divergido, e também o faço sem constrangimento, pelo que me tem parecido os erros cometidos, como no caso.

O Governo prevê que de 16 a 32 mil funcionários poderão desligar-se do serviço, sob a pressão do programa organizado. Sabe o Governo, sabem os seus Ministros que esses funcionários são condenados ao desemprego.

Ao mesmo tempo em que o Governo força o desligamento de servidores, as empresas privadas demitem em quantidade. É de salientar-se que o fenômeno se verifica, e em grandeza crescente, no Estado mais desenvolvido e com maior poder industrial da Federação, que é o Estado de São Paulo. Isso significa que não há, normalmente, possibilidade de colocação dessa mão-de-obra expulsa do serviço público.

Parte dela buscará, de certo, nova atividade. Com que recursos? Com recursos que variarão de R\$20 mil a R\$30 mil ou um pouco mais, ou seja, com valores que não bastam para a organização de modestas atividades negociais.

De outro lado, há os que, habituados ao serviço público, terão dificuldade de adaptar-se a nova atividade, e uns e outros encontraram a dificuldade da retração econômica dominante, ao longo de todo o território nacional.

O Governo, portanto, está concorrendo para o aumento dos desempregados no País. Ao contrário do que a Administração esperava, pelo menos nos primeiros momentos, a adesão tem sido fraca, segundo revelam os jornais. Mas o Governo, amedrontado de certo com a limitação dos que vêm aderindo ao plano de expulsão, já está se dirigindo aos demais ministérios para observá-los que não podem criar dificuldades aos que pretenderem aceitar o desligamento voluntário; quer dizer, o que formalmente é voluntário o próprio Governo se incumba de demonstrar que não o é, que é obrigatório, pois está

impedindo que os outros Ministérios, ainda que possam ter razões justificáveis, criem dificuldades à aceitação dos desligamentos.

O Sr. Osmar Dias – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – V. Exª tem o aparte.

O Sr. Osmar Dias – Nobre Senador Josaphat Marinho, cumprimentando-o pela felicidade e pela oportunidade do pronunciamento de V. Exª, gostaria de acrescentar mais um exemplo da incoerência. O noticiário da manhã nos traz uma outra incoerência: a negociação que praticamente se concretizará nesta semana, para uma solução do caso do Banespa. O Governo encontrará recursos suficientes para o Banespa ou pelo menos abrirá mão de recursos ao longo de trinta anos, com juros de 6% ao ano. Isso não ocorre quando alguém tenta introduzir um negócio para gerar empregos, porque aí, sim, a taxa de juros é muito mais alta. Fiquei perplexo ao ver que haverá um acordo esta semana, com a participação do Ministro Pedro Malan, para uma solução definitiva do caso do Banespa, em que o Governo vai assumir 80% da dívida daquele banco e em o Governo do Estado de São Paulo dará as garantias que o Senado contestou durante a aprovação daquele acordo anterior, que não foi depois concretizado. A soma da dívida do Banespa está próxima a R\$21 bilhões, um valor infinitamente superior à economia que esse programa gerará. Quando fui ao Ministro da Agricultura pedir a liberação de R\$150 milhões de empréstimo para aquisição 1 milhão de toneladas de trigo – e, dessa forma, livrar o mercado nacional da pressão de preços abaixo, que está inviabilizando mais de 200 mil produtores de trigo no País, o que significa também desemprego –, ouvi como resposta que o Governo não tem recursos. Essas incoerências, Senador Josaphat Marinho, é que nos traz indignação e, com certeza, a indignação da sociedade também. Esperamos que o Governo possa ainda rever essas posições que vem assumindo, indignando grande parte da sociedade, principalmente aqueles que, no setor produtivo, querem produzir e sobretudo gerar empregos. Se o grande desafio do Plano Real é enfrentar o desemprego, não é esse o caminho, com certeza, para enfrentá-lo. Agradeço o aparte que V. Exª me concedeu.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Eu é que lhe agradeço a intervenção, em que V. Exª acentua com tanto mais propriedade o desconcerto do procedimento do Governo, quanto salienta esse aspecto: para salvar bancos em dificuldades ou a caminho da

falência, não falta dinheiro. Entretanto, recursos não há para manter nos serviços modestos funcionários que hoje se encontram desestimulados, como demonstra aquele Diretor de Administração do Ministério, no documento a que me referi e que foi publicado na **Folha de S. Paulo**, é porque recursos não são dados devidamente para o desenvolvimento dos serviços. Trata-se de uma contradição não apenas flagrante, mas dolorosa. Dificuldades não experimenta o Governo para salvar estabelecimentos bancários que entraram em dificuldade por motivos diferentes, pelos quais não deve responder o Serviço Público.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Tentarei terminar, Sr. Presidente, já que V. Exª me adverte de que o tempo está esgotando-se.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Exª me permite um aparte? Com a anuência do Presidente, serei breve.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Ouço V. Exª, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Josaphat Marinho, tenho acompanhado a sua atuação na vida pública também por meio da imprensa e sei da sua posição sobre o problema da estabilidade; se não fosse ousadia, diria que a minha é a mesma, portanto, estou em boa companhia. Na época da Assembleia Nacional Constituinte, houve um Governador que, movido por boas intenções, tentou convencer o Relator – este admirador que fala diretamente a V. Exª – de que o ideal seria colocar na Constituição um texto que permitisse a demissão dos funcionários relapsos, faltosos e improdutivos. Eu o adverti de que se isso, por um lado, era salutar, deixaria nas mãos dos Governadores e dos Presidentes da República – quaisquer que fossem eles, atuais ou futuros – a possibilidade de demitirem, com essa desculpa, os outros funcionários que são rigorosamente sérios. Quando o funcionário ingressa por concurso público ou qualquer outra forma, a regra do jogo que ele conhece é a da estabilidade, um instituto criado para protegê-lo. Veja V. Exª, com o fio condutor filosófico do seu discurso, como o Governo lamentavelmente está errado. É deplorável que, não só sob o ângulo técnico-jurídico, mas também sob o ângulo administrativo, social, ou qualquer outro que formos examinar, o Governo esteja tão mal-assessorado. Cumprimento V. Exª pelo seu pronunciamento.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Como V. Exª há de estar observando, nobre Senador, a prudência do legislador não corresponde à ação do Poder Executivo, que não encontra limites para suas decisões contrárias aos servidores públicos em geral. Parece

mesmo que o atual Governo da República fez do servidor público um vilão que está respondendo por todos os vícios, por todas as dificuldades por que passa a República.

Mas, o Governo não nos explica devidamente por que aumenta o déficit público. Não será por meio dessa minúscula redução de despesa que o Governo equilibrará as suas contas. Não há, porém, explicação, nem devemos esperá-la.

Por isso, causou-nos surpresa quando um eminente Senador desta Casa, e do meu partido, o Senador Odacir Soares, declarou que o plano do Governo foi inteligente. Antes de ser inteligente, foi perverso. É um plano de desemprego que atingirá centenas ou milhares de pessoas porque a cada servidor que ficar desempregado e sem possibilidade de obter trabalho regular serão atingidas as pessoas que sob a dependência dele vivem.

Sr. Presidente, ainda há um aspecto sobre o qual V. Ex^a me permitirá, quase que a concluir, chamar atenção: é que o Governo não se limita a demitir, sob o artifício de desligar, está submetendo os Estados a pressão, para que adotem a mesma atitude, para que tenham o mesmo procedimento desumano. A Imprensa toda tem repetido, sem nenhum impugnação, que o Governo estabeleceu como uma das condições para negociar com os Estados, para livrá-los de dificuldades, a exigência de que também reduzam o número de seus servidores aplicando procedimento semelhante. Não contente em expelir do serviço seus servidores, o Governo, desobedecendo ao princípio federativo da autonomia dos Estados e dos Municípios, a uns e outros impõe também a medida injusta da demissão voluntária.

Observe-se hoje o que está acontecendo. O Governo, por intermédio do Ministério da Administração, está advertindo os outros Ministérios para que não criem facilidades para a permanência de servidores no Serviço Público. Todos hão que promover drasticamente o programa de desligamento.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a bondade da tolerância do tempo. Saliente-se que para o Governo de um sociólogo, que deve estar atento aos problemas sociais, não é edificante praticar injustiça dessa extensão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Lúdio Coelho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Guilherme Palmeira, por 20 minutos.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL-AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente

quero me associar em parte ao pronunciamento do Senador Josaphat Marinho, o que aliás não é um privilégio meu. As manifestações que aqui ocorreram demonstram o quanto pesaram suas colocações sobre as atitudes do Governo Federal referentes aos funcionários públicos.

Tive oportunidade, há duas semanas, de chamar a atenção – evidentemente sem a capacidade e o brilhantismo do Senador Josaphat Marinho – sobre o fato de que o funcionário público passou a ser o grande vilão da pátria, o grande responsável pelo déficit público brasileiro, quando, na verdade, a despesa com esse segmento representa uma parcela mínima dentro desse grande e grave problema que vive o nosso País.

Sr. Presidente, dois outros assuntos me trazem a esta tribuna. O primeiro deles é o novo regime fiscal para pequenas e médias empresas, que começa a ser adotado pelo Governo. Tema aliás debatido, não sei se à exaustão, mas com muita propriedade e muita profundidade por vários Colegas aqui presentes. Não poderia deixar de me referir a esse assunto porque diz respeito ao Brasil todo, principalmente ao Nordeste e à minha Alagoas, o que está sendo adotado pelo Governo, acolhendo, inclusive, iniciativa proposta, em um primeiro momento, pelo nosso Presidente, Senador José Sarney.

Esse avanço é resultante de uma antiga reivindicação do setor, que uniu, em uma luta sem tréguas, representantes de todo o País, tendo à frente, entre outros, a liderança de Guilherme Afif Domingos, Presidente do Conselho Nacional do Sebrae.

Srs. Senadores, seguramente não é a melhor alternativa, mas é a possível e a realisticamente viável, em face das implicações para a arrecadação tributária. Trata-se de providência a que terão de aderir Estados e Municípios para que a simplificação fiscal possa ter a amplitude indispensável e cumpra seus louváveis objetivos.

Tendo em vista a situação de desequilíbrio de caixa da maioria dos Estados, as perspectivas sob esse aspecto não são muito animadoras. É de se esperar que, já no próximo ano fiscal de 1997, o projeto que vem sendo desenvolvido pela Secretaria da Receita Federal possa chegar a bom termo para a implantação de um sistema único de inscrição fiscal automática. Esta medida evitará que uma empresa, para que possa cumprir suas obrigações tributárias, tenha que se inscrever sucessivamente no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, na Secretaria Estadual de Fazenda e nas Prefeituras, quando contribuintes do ISS, para a obtenção de al-

vará, assentamento sanitário e outras medidas de controle. É estarrecedor, Sr. Presidente, que a repetição dos mesmos passos, exigindo-se os mesmos documentos, até hoje não tenha sido racionalizada.

O projeto, ora em curso, é, sem dúvida, uma louvável providência do Secretário Everardo Maciel e merece o nosso aplauso e votos de que seja acelerado na medida do possível. Nesse caso, será também imprescindível que Estados e Municípios, por meio de convênios específicos, manifestem sua adesão, já que isto implicará enorme economia e racionalização para o poder público e para a iniciativa privada.

De qualquer maneira e a despeito de tantos óbices, não podemos deixar de registrar em nossos Anais a satisfação com que o Congresso Nacional deve receber, aplaudir e incentivar a medida provisória do Presidente Fernando Henrique, já em tramitação no Congresso. Representando, parece-me, a carta de alforria das pequenas e médias empresas, embora possa produzir inicialmente uma diminuição de receita, a simplificação fiscal e tributária deverá trazer para a formalidade milhares de empresas responsáveis por boa parte da geração de empregos. Ascendendo ao mercado formal, elas aumentarão a massa de tributos que hoje são desviados em detrimento de todos os que, incontestavelmente, contribuem para sanar desafios e deficiências na nossa economia.

Sr. Presidente, a meu ver essa é a mais importante e mais significativa das consequências da adoção desse novo regime e constitui, também, o segundo assunto que me traz à esta tribuna. O grau de informalidade do mercado de trabalho e a composição da renda nacional constituem, no meu entendimento, as duas principais razões da crise do sistema previdenciário brasileiro, que, por sua vez, tem inegáveis repercussões, aí sim, no déficit público. Exatamente como eu havia previsto em pronunciamento feito há alguns meses, a proposta de emenda constitucional que ora tramita nesta Casa parece ter um triste destino. Ela não é o resultado de uma solução consensual e o produto de um projeto juridicamente fundamentado, politicamente lastreado e tecnicamente bem-elaborado. Apega-se aos efeitos, sem diagnosticar as causas. Como no caso da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, estamos esvaziando o oceano com um balde. Em outras palavras, é uma terapia inadequada para um diagnóstico equivocado.

Todos sabem, Sr. Presidente, que os elevados níveis de evasão fiscal no Brasil, estimados entre

20% e 25% do total arrecadado, devem-se, por um lado, à burocracia, ao peso do que os economistas chamam de "custo de afetação" e à complexidade do sistema fiscal e tributário. Por outro lado, deve-se atribuir, também, ao peso excessivo da carga fiscal que, no ano passado, significou mais de 31% do Produto Interno Bruto. Traduzindo: quase 1/3 da renda gerada coletivamente se destina a pagar impostos neste País!

A Previdência, que reputo hoje o pior problema do setor público, na medida em que não satisfaz às necessidades do Governo, não atende à sociedade e não agrada ao País, é com justiça criticada por toda a opinião pública brasileira e padece do mesmo mal do sistema tributário. Desde logo, tenho o dever de ressaltar o esforço de modernização gerencial que, com resultados já visíveis, vem sendo posto em prática pelo Ministro Reinhold Stephanes. Sua Excelência esclareceu, em entrevista publicada no jornal *O Globo*, de 10 do corrente, que, dado seu gigantismo, só dentro de um ou dois anos esse esforço de modernização produzirá resultados. Entretanto, não me refiro a esta ou àquela gestão, nem generalizo minhas observações a seus milhares de funcionários. Minhas críticas têm caráter institucional, na medida em que nenhum Ministro, por mais dedicado e competente que seja, poderá resolver as suas carências, que requerem uma reconceitualização de suas bases atuariais, de sua estrutura e organização, de seu embasamento legal e de sua conceitualização filosófica.

Em sua configuração atual, o sistema previdenciário brasileiro é corrupto, ineficiente, moroso, inadequado e incompetente. Corrupto porque não evitou as fraudes que escandalizaram o País; ineficiente porque vive em permanente desequilíbrio; injusto porque arrecada muito e paga pouco; moroso por ser incapaz de atender a tempo à demanda de seus serviços; inadequado porque não é um instrumento de justiça social e, finalmente, incompetente porque até hoje não foi capaz de produzir um projeto que o viabilize. Historicamente, a Previdência Social brasileira só usa dois recursos para amenizar seus desequilíbrios: de um lado, aumenta as contribuições, e do outro, corta os benefícios. A questão é que nenhuma dessas medidas, por si só, será suficiente para torná-la equilibrada, eficaz e dinâmica.

O que vem acontecendo, ao longo dos últimos cinquenta anos, resulta de dois enormes equívocos que subvertem a economia do sistema. O primeiro foi o vício de se criar benefícios sem a correspondente contrapartida de financiamento. Isso será con-

venientemente apontado em todos os diagnósticos. O segundo, no entanto, decorre de algo mais amplo e, por essa razão, não será resolvido por nenhum ministro. A massa de beneficiários cresce proporcionalmente mais que a de contribuintes. Hoje, menos de 50% da mão-de-obra ocupada no País, segundo os dados recentemente divulgados pelo Ministério do Trabalho, possui carteira assinada e, por consequência, contribui para a receita da Previdência. Em outras palavras, é maior o número dos não-contribuintes do que o número de contribuintes. Todos os dados mostram que isso é uma tendência histórica. Na grande São Paulo, onde o Seade apura esses dados desde 1985, o quadro é ilustrativo. Entre junho daquele ano e junho de 1996, o número dos empregados sem carteira subiu 50,4%, enquanto o daqueles que têm carteira assinada baixou 10,6%! Em números absolutos, a ausência do registro trabalhista significou um aumento de 269 mil trabalhadores na informalidade, em contrapartida houve uma diminuição dos registros trabalhistas em 400 mil. Agora, o que é mais grave, a fiscalização do Ministério do Trabalho autuou, na grande São Paulo, nos 9 meses deste ano, 2.017 empresas. Considerando que existem no Estado 400 fiscais, dos quais mais da metade na capital, uma contabilidade simples mostra que são 10 autuações por fiscal em 9 meses, o que dá uma média de 1,12 autuações ao mês para cada um dos fiscais, desempenho incompatível com a gravidade e necessidade do sistema previdenciário brasileiro.

Essa situação se repete em todo o País. Segundo dados do Iplan, o quadro no Rio de Janeiro é exatamente o mesmo. Se considerarmos todo o País, verificaremos que, de uma população economicamente ativa de 74 milhões de pessoas, os efetivamente empregados representam 69,6 milhões. Desse total, apenas 30 milhões estão no chamado mercado formal. Paralelamente, há também uma diminuição progressiva da participação dos rendimentos do trabalho no total da renda nacional, de 56%, em 1949, para 30%, em 1995, enquanto os rendimentos do capital subiram de 44% para 70% no mesmo período. A conclusão inevitável, Sr. Presidente, é que cada vez menos brasileiros contribuem para a Previdência sobre uma proporção de rendimentos que é hoje pouco mais da metade do que era há quase cinquenta anos.

Na mais recente pesquisa do Professor José Márcio Camargo, editada sob a forma de livro pela Fundação Getúlio Vargas, isso é o resultado de uma combinação perversa de um mercado altamente re-

gulado e, ao mesmo tempo, altamente flexível. Não é, portanto, aumentando alíquotas nem cortando benefícios que a Previdência resolverá o seu déficit. Algumas das soluções estão apontadas nesse trabalho. Uma das mais essenciais é alterar a legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Não vou me deter nessas sugestões, porque meu pronunciamento é apenas uma advertência, com a qual estou justificando o requerimento de informações que, em seguida, vou apresentar à Mesa, onde solicito esclarecimentos ao Ministério da Previdência, que, suponho, serão de enorme utilidade na apreciação da proposta de emenda constitucional da reforma previdenciária, que continua parada.

Mais cedo ou mais tarde, teremos que dar uma convincente solução a esse problema, se é que o Congresso está preocupado em contribuir para a estabilidade social, da qual um sistema previdenciário justo e operante constitui um dos principais requisitos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, por 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o esporte sempre está na ordem do dia das preocupações dos cidadãos, hoje principalmente no Rio de Janeiro, onde dois fatos despertam as atenções gerais: a presença dos representantes do Comitê Olímpico Internacional e a desclassificação de todos os seus clubes no Campeonato Nacional de 1996.

Os dirigentes do COI foram analisar as condições e perspectivas da cidade, em sua pretensão de ser a sede dos Jogos Olímpicos de 2004 – um desafio que vai desde a construção de pistas e quadras para as provas, até o desenvolvimento de uma infraestrutura capaz de assegurar hospedagem, alimentação, segurança e transporte para milhares de atletas e centenas de milhares de dirigentes, convidados e turistas de todos os cantos do mundo. É realmente uma tarefa gigantesca, que exigirá toda a criatividade e toda a disposição que o povo do Rio demonstra na produção de suas grandes festas.

O principal obstáculo à indicação, sem dúvida, estará no fator segurança, pois é maior do que se pensa a repercussão, no exterior, das notícias sobre chacinas, trocas de tiros entre quadrilhas ou entre quadrilhas e policiais, mortes causadas por balas perdidas e o preocupante cinturão de miséria e de criminalidade que cerca toda a antiga Cidade Mara-

vilhosa. Estamos torcendo a favor. Desejamos e nos dispomos a colaborar no que for possível para a solução do drama que desespera os cariocas. Mas, esse problema, como qualquer outro, só é resolvido quando é enfrentado clara e corajosamente.

O grande perigo, e isso deve ser dito com lealdade, é a idéia de propor uma trégua aos grandes criminosos que dominam ferozmente as favelas cariocas. Essa paz ilusória, se vier a ser feita, ostensiva ou reservadamente, renderá prejuízos imensos à população, nos anos futuros, porque os traficantes certamente vão aproveitá-la para reforçar e ampliar seus sistemas de defesa e de terror sobre o território dominado.

Rio 2004 é mais do que um **slogan** – é a necessidade de afirmar a dignidade, a hospitalidade e a imagem gloriosa da antiga Capital Federal.

Mas, hoje, o esporte carioca está em baixa, arrasado pela péssima trajetória de seus clubes no Campeonato Nacional de Futebol. Todos os times do Rio foram desclassificados e ficaram sem vaga no turno final do certame e, pior ainda, o Fluminense está rebaixado para a Segunda Divisão, expelido da categoria principal no próximo ano.

O Botafogo, Campeão Brasileiro de 1995, despediu-se da mais melancólica forma, em um jogo sórdido, vergonhoso, obrigado a simular contusões de jogadores para ficar sem o elenco mínimo e, assim, escapar de uma goleada ainda mais vexatória do que a que já estava sofrendo na partida.

O Vasco da Gama, sempre um caldeirão de paixões e de atitudes irracionalmente predatórias de seus dirigentes, também passou o turno classificatório debaixo de derrotas e de crises sucessivas, mesmo fazendo contratações de grande risco, como a que elevou o jogador Edmundo à categoria de salvador da pátria. Não poderia dar certo mesmo!

O Flamengo montou vários elencos, mas não conseguiu definir um time. Vendeu, comprou, devolveu, emprestou, tomou emprestado jogadores às dezenas; propiciou viagens internacionais aos dirigentes, procuradores e empresários; girou dezenas de milhões de dólares em operações nebulosas; reincidiu no erro ao trazer de volta profissionais que teriam sido excluídos de seus quadros justamente por serem desprovidos dos mais elementares requisitos emocionais e sociais exigíveis dos atletas.

Em todo esse quadro, destaca-se a ação incompetente e amadorística do futebol do Rio de Janeiro – isso para não darmos guarida às acusações e às suspeitas de graves irregularidades em contratação e dispensa de jogadores. Não passa um dia

sem que a imprensa fale em cartolas beneficiários ou intermediários de transferências millonárias. São constantes as denúncias de que os preços dos passes divergem: um é o valor anunciado; outro, o efetivamente realizado, ficando a diferença para os intermediários de dentro e de fora dos clubes.

Os jogadores de futebol não são anjos, nem vítimas indefesas do sistema. Ao contrário, como em qualquer outra profissão, nessa existem os bons e os maus elementos, os profissionais sérios e os desonestos, os trabalhadores que cumprem suas obrigações, e os relapsos, irresponsáveis. O que agrava a situação é o **status** de submissão absoluta à vontade dos dirigentes, uma relação quase medieval em que trabalhadores são abertamente vendidos e comprados, num quadro que ofende os mais elementares princípios da dignidade humana.

Tomemos como exemplo o caso do atacante Bebeto, que estava na Espanha e, no meio do ano, foi comprado pelo Flamengo. Sem qualquer preocupação humana ou profissional, o clube fez com que se mudasse de volta para o Brasil para, meses depois, negociá-lo novamente com outro clube espanhol. Ou seja, nova mudança internacional, com esposa e filhos: um tumulto de graves proporções em sua vida familiar.

A contrapartida efetiva está em Romário, que se prevalece da força que desfruta nas chamadas torcidas organizadas e na cúpula política do clube para vender-se, comprar-se, escalar-se e derrotar-se. É um grande jogador, sem qualquer dúvida, mas nem sempre faz valer a qualidade técnica; e é nessas horas que prevalece o peso político sobre o valor profissional.

O mais lamentável, entre os dramas dos cariocas, é o vivido pelo Fluminense, glória e destaque nas páginas históricas do esporte brasileiro. Falido, desmotivado, com um elenco abaixo das exigências de seus aficcionados, o Tricolor das Laranjeiras atravessou um ano de horror, mergulhado em dívidas e manipulado por dirigentes indignos dos homens que construíram o clube e o fizeram mundialmente respeitado. A sala de troféus da Rua Álvaro Chaves, uma das mais ricas e gloriosas do País, digna de competir com qualquer potência esportiva do exterior, é, hoje, um recanto abandonado e esquecido, porque o peso maior é o da vergonha, da mágoa.

O Presidente Gil Carneiro de Mendonça renunciou. Nenhum outro paredro se apresenta para assumir efetivamente o controle do clube e a direção dos esportes tricolores. Os belíssimos vitrais da sede foram destruídos a pedradas por torcedores indigna-

dos, os salários estão atrasados, e ninguém sabe a situação das obrigações previdenciárias e fiscais do clube.

Está chegando o fim do ano; os times devem entrar em férias logo no início de dezembro. Alguns mais cedo, outros mais tarde, porque certamente haverá a programação dos chamados jogos caça-níqueis, espetáculos melancólicos pelos grotões nacionais – aquilo que João Saldanha tanto denunciava: a transformação dos grandes craques em "leões desdentados de circos mambembes". O incrível é que muitas das quotas, nesses amistosos, são superiores às arrecadações dos jogos oficiais, porque os torcedores mais espertos e acostumados com bons espetáculos nos grandes centros simplesmente abandonaram as arquibancadas há muito tempo. Afinal, ninguém vai pagar para ver os espetáculos de indigência esportiva que fizeram a tônica desses times cariocas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitos poderão perguntar: "O que um Senador do Acre tem a ver com os times do Rio de Janeiro?" Trata-se de uma questão de elementar bom senso: Flamengo, Fluminense, Vasco da Gama, Botafogo são forças esportivas e pólos culturais que transcendem as divisas da cidade do Rio de Janeiro; quando viajam, arrecadam carinho e dinheiro em todos os pontos do território nacional, obrigando-se, assim, a retribuir a atenção e os investimentos que ali recebem.

O esporte é hoje, mais do que nunca, uma força econômica e um fator de integração nacional. No interior do Acre, nos seringais da Amazônia, nas cidades sertanejas, torcer pelo Fluminense é uma forma de sentir-se um efetivo cidadão brasileiro, buscando em outra cidade, a milhares de quilômetros, uma identificação cultural e atávica. Não é à toa que o mais importante jornal do Acre, A Gazeta, de Rio Branco, constantemente abre largos espaços para o futebol carioca; aliás, a sua principal coluna, do próprio Diretor Sílvio Martinello, chorou o ano inteiro as desventuras do seu Botafogo.

Em passado recente, o futebol era politicamente explorado, ganhando uma dimensão partidária que lhe trouxe muitos problemas. Ninguém, em sua consciência, pretende ressuscitar o vínculo deletério. Mas ninguém, também em sua consciência, pode ignorar a importância que esse esporte representa, na divulgação do Brasil em todo o mundo. A maior parte das pessoas que conhecem ou ouviram falar do Brasil fazem ligação imediata com os nossos grandes craques, principalmente o nosso eterno Rei Pelé. Na África, na Ásia, em qualquer país europeu

ou mesmo nos Estados Unidos, a resposta é sempre uma só: "Brasil? Oh! Pelé, futebol". Todos nós, certamente, já tivemos essa experiência nas viagens particulares e nas missões oficiais que desempenhamos no exterior. É essa força de imagem que leva o Governo a fazer concessões, doações tributárias e previdenciárias, além de ceder grandes áreas urbanas.

Concluo, Sr. Presidente, apresentando minhas saudações aos oito clubes classificados para as finais do Campeonato Nacional de 1996: Cruzeiro, Guarani, Palmeiras, Atlético Paranaense, Atlético Mineiro, Grêmio, Goiás e Portuguesa de Desportos. E lembrar uma frase do saudoso treinador Fleitas Solich, que fez as glórias do Flamengo na década de 50; quando um repórter lhe perguntou porque seu time havia perdido, ele simplesmente respondeu: "Ganó el maior".

Ganharam os melhores, ganharam os que se prepararam e treinaram com maior responsabilidade para o grande certame, o campeonato da Nação quatro vezes campeã do mundo. Ganharam porque, no futebol, vale a regra de ouro de outro esporte, o boxe: numa luta nem sempre ganha o mais forte e sim o mais disposto.

Muito obrigado.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra à nobre Senadora, por cinco minutos.

A SRA. MARINA SILVA (PT-AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço esta breve comunicação, reportando-me a acontecimento da manhã de hoje: ainda cedo, recebi um telefonema dando-me conhecimento de que o filho de Darly, um dos culpados pelo assassinato de Chico Mendes, foi preso hoje pela Polícia Federal numa cidade paranaense próxima a Umuarama, local onde seu pai assassinou um corretor de imóveis. Além da pena pelo assassinato de Chico Mendes, Darly cumpre pena também por mais essa morte.

Parabenizo, portanto, a ação da Polícia Federal. Desde que assumi a cadeira de Senadora nesta Casa e antes, juntamente com entidades do movimento – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Comitê Chico Mendes –, já envidava todos os esforços para que os assassinos de Chico Mendes retornassem à cadeia para cumprir a pena pelo crime que cometeram. Esses assassinos sujeitaram-se a curto período da pena, vindo a fugir com a complacência, tenho certeza, de pessoas do próprio presidio. Durante alguns anos, mantiveram-se fora do al-

cance da Justiça, mas, graças a Deus, hoje pai e filho estão presos.

Estou enviando expediente ao Ministério da Justiça e às autoridades competentes para que Darcy, a exemplo de seu pai, cumpra o restante da pena no Presídio da Papuda. Tenho absoluta certeza de que, pelo precedente estabelecido pelo assassino Darly, a Justiça procederá do mesmo modo em relação a Darcy.

Para que se tenha uma idéia, Sr. Presidente, farei aqui um breve relato do processo dessa família de criminosos, que tanto sofrimento já trouxe a pessoas de bem em nosso País, principalmente envolvendo os Estados do Acre e Paraná.

Em 1959, a família de Darly Alves da Silva muda de Conselheiro Pena, Minas Gerais, para Umuarama, no Estado do Paraná.

Em 1969, Darly e seu irmão Alvarino são suspeitos de contratar um pistoleiro para matar Ângelo Urizzai, um corretor de imóveis, por causa de disputa de terras; em função dessa acusação também recai sobre eles uma pena de assassinato.

Em 29 de março de 1973, o filho de Ângelo, Acir Urizzi, é assassinado e morto por pistoleiros. Ele acusava Darly de ter assassinado seu pai. O caso foi parar na Justiça e os dois irmãos são os suspeitos, ou seja, Darly e seu irmão Alvarino.

Em 1974, a família de Darly sai do Paraná e em 15 de outubro chega em Xapuri. A ação no Paraná pára.

Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes é morto com um tiro de escopeta. Em 27 de dezembro, Darcy Alves da Silva, filho de Darly, entrega-se à polícia e confessa o crime.

Em 7 de janeiro de 1989, Darly, acusado de ser mandante, entrega-se à polícia e se diz inocente. Também é acusado Alvarino, que foge. Ao longo do processo, é inocentado por falta de provas.

Em 1990, mês de janeiro, Darly e Darcy fogem. São capturados três horas depois. Em 14 de dezembro, acaba o julgamento com a condenação dos dois a 19 anos de prisão.

Em 15 de fevereiro de 1993, Darly e Darcy fogem da penitenciária.

Em 16 de agosto de 1996, Darly é condenado a mais 19 anos pela morte do corretor de imóveis Acir Urizzi, ocorrida em junho de 1973 no município de Umuarama (PR).

Agora, tivemos o desfecho de todo esse processo que é o fato de Darly e Darcy estarem na cadeia cumprindo pena. Temos informações de que hoje Darcy estará sendo trazido para Brasília e que,

espero, vá cumprir pena no presídio da Papuda, uma vez que não tem condições de cumprir a pena no Estado do Acre pelos motivos que já coloquei inúmeras vezes.

Meu posicionamento é o de que tanto o Ministério da Justiça como as demais autoridades que têm competência para tomar essa decisão, que o façam e tenham a mesma atitude de quando da prisão do Darly. Que ele seja mantido em Brasília num presídio de segurança máxima.

Mais uma vez, quero parabenizar a ação da Polícia Federal pelo empenho e por ter conseguido agora a captura dos dois assassinos de Chico Mendes. Pela primeira vez na história dos crimes entre mandantes e mandados, o mandante também vai para a cadeia. Esse é um bom exemplo para a defesa dos direitos humanos, para a Justiça brasileira.

Eu diria que foi uma ação demorada, porque mais de três anos se passaram, mas mesmo assim é uma demonstração de que as pessoas de bem e a justiça continuam buscando fazer com que aqueles que têm ceifado a vida de inocentes paguem pelos crimes que cometeram.

Durante o discurso da Srª Marina Silva, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvan Borges. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, recebi com satisfação a notícia, já divulgada pela imprensa, de que o Governo, levando em consideração o clamor que se vinha avolumando com a movimentação de importantes lideranças políticas do País contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, resolveu admitir submeter ao Senado Federal o edital de privatização.

Já era de se estranhar que o Governo, dando continuidade aos procedimentos de privatização, viesse se mostrando insensível às opiniões, aos pronunciamentos e às manifestações de técnicos credenciados e de altas autoridades e lideranças políticas do País que vinham se posicionando contra a venda da Companhia, especialmente sem um amplo debate sobre as vantagens e desvantagens de se alienar o controle acionário da empresa.

O que me surpreende é que os argumentos da assessoria do Presidente, favoráveis à privatização da empresa, têm sido mais valorizados do que as

opiniões contrárias que vêm sendo manifestadas publicamente por tão conceituadas personalidades.

E quero, nesta oportunidade, congratular-me e me solidarizar com o Senador José Sarney, ilustre Presidente desta Casa, com o Embaixador Itamar Franco, com os Deputados Paes de Andrade, Presidente do PMDB, e José Dirceu, Presidente do PT, com o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, com os dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil, com D. Luciano Mendes de Almeida, da CNBB, com os ilustres membros desta Casa e tantos outros que têm se posicionado contra a venda da Companhia Vale do Rio Doce.

A União não pode vender a Vale, como uma empresa qualquer, como qualquer outra entre as que não fazem falta ao patrimônio nacional, empresas deficitárias, ineficazes e impróprias aos interesses e responsabilidades do Estado, o que não é o caso da Companhia Vale do Rio Doce, que é uma empresa que atende aos mais elevados padrões e requisitos de eficiência e solidez, competência tecnológica e desempenho como uma das maiores empresas do mundo no setor em que atua.

Mesmo a nível internacional, a empresa é um gigante em termos de produção e exportação de minério de ferro, extração de ouro e outros minerais, como o alumínio e o cobre e, ainda, celulose e potássio, encabeçando um extraordinário complexo industrial e um sistema integrado de mina-ferrovia-porto que otimiza o processo de extração, beneficiamento, transporte interno e a exportação; e daí abastecendo com minerais estratégicos parte substancial das indústrias do mundo.

A Vale do Rio Doce, como tantas vezes já se disse aqui no Senado e tem sido divulgado pelo meios de comunicação, tem imensas reservas de ouro já cadastradas e outras vêm sendo descobertas recentemente, cujos valores, a médio prazo, poderão resultar em montante financeiro igual ou superior ao que o Governo imagina arrecadar com a venda da empresa, cujo preço talvez não alcance os sete bilhões que o Governo já comprometeu para sanear o Banco Nacional.

Tem sido a dimensão da Vale, a sua importância para o desenvolvimento nacional e regional, o patrimônio que acumula, o seu valor estratégico em poder da União, a possibilidade de segurança e controle na exploração das riquezas minerais do País e a condição de ser uma empresa financeiramente sólida e competente, que vêm preocupando a sociedade, a população, autoridades e lideranças políticas

quanto à sua venda ao setor privado, ao capital estrangeiro, sem que haja um amplo debate, um consenso mais representativo da consciência nacional.

A verdade, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é que a maioria dos brasileiros estão apreensivos ou assustados, alguns até pasmados, com essa pressa em se vender a Vale já no mês de fevereiro de 1997, sem que tenha havido um amplo debate sobre o assunto, principalmente quando personalidades que exerceram a presidência da República, exerceram cargos de Ministro de Estado, estudiosos da matéria, políticos importantes, como muitos Senadores nesta Casa, e jornalistas da área econômica vêm se manifestando e alertando o País quanto aos prejuízos econômicos e de soberania no caso da União alienar o seu controle acionário sobre a Vale do Rio Doce.

Por esta razão, quero manifestar minha satisfação pelo bom senso do Senhor Presidente da República em submeter ao Senado a discussão do referido edital, o que já é um começo de entendimento, uma abertura de debate democrático sobre um assunto que vinha sendo conduzido, em alguns setores da área econômica, como se a portas fechadas.

Entendo que o ideal seria o Governo movimentar as suas lideranças, no sentido de dar andamento na medida provisória que altera a Lei nº 8.031, referente ao Programa de Privatização, ocasião em que o Congresso poderia manter ou retirar a Vale do Rio Doce desse programa, após aprofundamento do debate em torno da questão.

Considero um grande avanço nas negociações em torno dessa questão a apreciação pelo Senado do edital, a disposição do Governo em não pretender utilizar os recursos que seriam arrecadados com a alienação no pagamento de juros e encargos da dívida e a constituição de um fundo de desenvolvimento para os Estados em que atua a Vale do Rio Doce, e ainda a tal cláusula de segurança.

Entretanto, a minha posição é solidária com aqueles que não admitem a venda da empresa por considerar um péssimo negócio para o País, porque além de transferir para iniciativa privada uma matriz de geração de riqueza e de exploração de reservas naturais de minérios, com todos os subprodutos do imenso complexo industrial dessa estatal, o Governo estará, também, desativando uma importantíssima agência de desenvolvimento regional sem gerar benefícios concretos para o País, que ficaria extremamente vulnerável aos efeitos perniciosos da globalização da economia sem um escudo de defesa e de barganha representado pela posição estraté-

gica da Vale no cenário do mercado mundial de minérios.

Além do mais, nada poderá garantir que, passando para o setor privado, a empresa continuará sendo a importante agência de combate às desigualdades regionais, de promoção de emprego e de distribuição de renda nas regiões onde atua.

Não sou favorável à privatização da Vale porque não estou convencido de que os seus resultados sejam benéficos ao País, aos Estados em que ela atua e especialmente para o Nordeste, onde a empresa tem importante desempenho, gerando renda, desenvolvimento e emprego.

Mesmo discutido o edital de privatização pelo Senado, o Congresso Nacional não poderia ficar ausente desta decisão de se vender uma empresa como a Vale do Rio Doce, porque, sendo uma das mais significativas expressões do patrimônio público, da riqueza da Nação e do povo, este é o foro onde uma questão de tal magnitude deveria ser decidida, inclusive para que a história e as gerações futuras não venham a nos cobrar por omissão neste assunto de tão profunda relevância e de consequências ainda imprevisíveis.

Deixar o Congresso de fora desta decisão é um desrespeito a essa Casa e à sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente,
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda, por 20 minutos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Lei que regula as licitações e contratos da Administração Pública, aprovada há mais de três anos pelo Congresso Nacional sob o nº 8.666, representa um marco em seu propósito de assegurar o máximo de objetividade e impessoalidade nas decisões administrativas relativas ao assunto. Outra de suas louváveis preocupações foi a de buscar garantir a igualdade de condições para os interessados em contratar com órgãos e entidades públicas, conforme o princípio constitucional da isonomia. Pretendia-se, enfim, com ela, criar uma arma eficaz de combate à corrupção na execução indireta de obras e serviços e na compra de bens, através de regras extremamente definidas e detalhadas, que delimitam e constroem o raio de ação dos administradores.

Passou-se, desde a sua promulgação, tempo suficiente para que a lei fosse testada, deixando mostrar seus vícios e suas virtudes. Como afirma Ri-

cardo Neuding, Diretor da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas, "as discussões teóricas ou doutrinárias sobre a Lei nº 8.666 tiveram seu lugar no passado. Agora, temos que observar com equilíbrio e objetividade o resultado da sua aplicação."

Não constitui tarefa simples julgar, em toda a sua extensão, os efeitos da lei questionada. Devemos ressaltar, entretanto, que na opinião da imensa maioria dos gestores da Administração Pública, seja da esfera federal, estadual ou municipal, os processos de compra e os de contratação de obras ou serviços tornaram-se, com a adoção da lei, extremamente lentos, difíceis, por vezes inviáveis, obtendo, quando concluídos, resultados de discutível qualidade.

O que se teria ganhado com a diminuição da corrupção e do favorecimento perdeu-se em eficiência da máquina administrativa. Ao cercar de cuidados e exigências excessivas os procedimentos de licitação, partindo talvez do pressuposto de que todo administrador público é propenso à desonestidade, causou o legislador, conforme a expressão corrente, um engessamento da Administração Pública, o qual se vem revelando extremamente danoso à Nação. O Estado, para bem cumprir seu papel de servir à população, deve-se mostrar ágil, versátil e eficaz, otimizando os resultados tanto de sua atuação direta como de suas necessárias parcerias com a iniciativa privada. Para esse fim, os seus administradores devem, respeitada a especificidade da gestão da coisa pública, desenvolver a capacidade de iniciativa e de decisão, ao invés de se comportar como burocratas autômatos, programados por regulamentos rígidos e minuciosos.

Se os mecanismos de controle sobre a Administração Pública são essenciais, não podem os mesmos ser criados e mantidos de modo a inviabilizar sua capacidade de agir. É o que constatamos atualmente. O extremo detalhismo e a inflexibilidade das regras que versam sobre a realização de licitações fazem com que a Administração, tanto a direta como a indireta, tenha que empregar considerável contingente de mão-de-obra qualificada nessa atividade.

De acordo com recente declaração do Ministro das Minas e Energia, 37% das atividades do pessoal da área administrativa da Petrobrás vêm sendo dedicadas à realização de licitações – o que equivale ao trabalho de 3.500 funcionários.

Mas esse sequer representa o pior dos problemas. A miríade de disposições regulamentares torna o processo extremamente vulnerável à contestação

judicial. E o resultado tem sido o surgimento de uma verdadeira indústria de Impugnação de licitações, obstando a realização de um sem-número de obras importantes, de Norte a Sul do País. É inadmissível que impugnações levianas, sem qualquer fundamentação consistente, possam assim prejudicar a população destinatária das obras ou serviços.

Ainda que extremamente prolixa e detalhista, a Lei das Licitações e Contratos pecou por tratar de modo uniforme os mais diversos tipos de serviços e de bens a serem adquiridos. Proposta de reformulação da lei, em preparo no Executivo, classifica os objetos de contratação em obras ou bens sob encomenda, bens padronizados e demais bens; no caso dos serviços, temos os de engenharia, os técnico-especializados, os técnicos "intermediados", como a publicidade e o turismo, e demais serviços. As novas regras a serem definidas deverão observar o grau de complexidade de cada tipo de objeto do contrato, juntamente com o seu valor, de modo que lhe sejam proporcionais as exigências de documentação, de cautelas e de garantias.

Cabe ressaltar que nem sempre é a proposta de menor preço a que melhor atende aos objetivos da Administração – noção essa facilmente compreendida por qualquer consumidor. A lei vigente abriu espaços extremamente reduzidos para a realização de licitações que levem em conta a melhor técnica, procurando afastar os riscos de subjetivismo no julgamento desse aspecto. Ora, não é a opção em ignorar a questão da qualidade que fará com que desapareça o problema. A busca da melhor relação custo/benefício é efetivamente o que interessa à Administração Pública. A regra geral, portanto, deve passar a ser a licitação do tipo técnica e preço, assegurando-se a possibilidade de negociação com a empresa que ofereça a melhor técnica, a fim de que ela reduza seu preço até o mínimo proposto.

Para fazermos justiça à Lei nº 8.666, devemos salientar também os seus aspectos positivos. É certo que vários dos problemas que lhe são imputados advêm não dela mesma, mas da sua imperfeita aplicação. Afinal, a lei contém dispositivos que permitem que sejam recusadas as propostas, quando todas elas apresentarem preços manifestamente superiores aos de mercado – o que ocorre com certa frequência –, admitindo-se, no caso, até mesmo a dispensa de licitação, se os concorrentes não adequarem seus preços convenientemente. A qualidade do material comprado deve ser testado quando de seu recebimento provisório, podendo também ser recusado, caso não se mostre conforme as especificações exigidas.

O atraso do Governo no pagamento de suas obrigações, com o qual se quer justificar a elevação dos preços nas propostas, não decorre da complexidade da lei. Muito pelo contrário, ela prevê a existência de recursos autorizados pelo Orçamento como condição para abertura de licitação, além de exigir que constem do edital prazos de pagamento, critérios de atualização dos valores e penalizações por eventuais atrasos. Essas e outras inovações da Lei nº 8.666, bem como da Lei nº 8.883 que a modificou, devem ser preservadas.

A limitação das exigências impostas às empresas interessadas, favorecendo a livre concorrência, é outro importante aspecto a ser avaliado.

É verdade que a regulamentação do assunto na Lei nº 8.666 apresenta-se contraditória, em razão de veto apostado pelo Presidente Itamar Franco, que reduziu notavelmente as exigências de qualificação das empresas, mantendo aquelas referentes a seu quadro profissional.

O resultado tem sido, de um lado, a migração injustificada de profissionais qualificados entre empresas, apenas com o propósito de se cumprirem exigências de edital; de outro, e com mais graves consequências, a paralisação de inúmeras obras que foram assumidas por empreiteiras incapazes de bem realizá-las.

Deve-se buscar um maior equilíbrio entre a necessidade de ampliar-se o leque de empresas concorrentes, assegurando o caráter competitivo das licitações e as garantias de que precisa dispor a Administração Pública quanto à boa e efetiva execução da obra ou serviço. A possibilidade de utilização de seguro para esse fim, timidamente prevista na Lei, deve ser ampliada e enfatizada.

Por todas essas razões, Sr. Presidente, consideramos meritória a iniciativa do Governo Federal de preparar projeto de reformulação da Lei de Licitações e Contratos e mais louvável ainda porque o Ministro da Administração já anunciou a intenção de promover as necessárias alterações, não por meio do expediente já rotineiro da medida provisória, mas por um projeto de lei que se faça preceder de amplo debate dos diversos segmentos interessados e de toda a sociedade – pois, de fato, a eficiência e a probidade da Administração Pública dizem respeito a todos os brasileiros.

Essa é, portanto, a contribuição que buscamos trazer ao imprescindível debate do tema nesta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há poucos dias, nesta Casa, novamente debateu-se com muita veemência a participação de Parlamentares em eventos internacionais, apresentando-se todas essas viagens – sem exceção – como se fossem meros acontecimentos turísticos. Essa atitude, de certa forma, tem relação com a época em que viagem ao exterior era uma espécie de privilégio que cabia somente aos escolhidos e aos afortunados.

Como estive no exterior recentemente, no exercício da minha função de Senador, sinto-me no dever de trazer a esta Casa as informações acerca do que fiz e o relato sobre os acontecimentos de que participei, para que o Senado avalie se se tratou de uma viagem turística que não deva mais acontecer no futuro.

O Brasil participou de uma reunião realizada em Roma, de 13 a 17 deste mês, por iniciativa da FAO, para discutir a questão da fome no mundo. Além dessa reunião, realizaram-se simultaneamente inúmeros outros eventos, entre os quais um grande encontro da União Interparlamentar, do qual participei a delegação brasileira.

Não fui como representante do Senado à reunião da FAO e nem viajei às expensas desta Casa. Fui convidado pela União Interparlamentar.

Essa reunião da FAO foi tão importante que a abertura do evento foi feita pessoalmente pelo Sumo Pontífice o Papa João Paulo II, o que raramente acontece.

O encontro dos Parlamentares a que compareci realizou-se no edifício sede do Senado italiano e foi presidido pelo Presidente do Senado Federal italiano, Senador Nicola Mancini, primeiro orador da reunião, tendo sido seguido pelos pronunciamentos do Deputado Luciano Violante, Presidente da Câmara dos Deputados da Itália, e do Primeiro-Ministro italiano, Deputado Romano Prodi.

Faziam parte também da Mesa o Secretário-Geral da FAO, Jacques Diouf; o Presidente Mundial da União Interparlamentar, Ahmet Fathy Sorour, parlamentar egípcio; e o Secretário-Geral da União Interparlamentar, Deputado francês Pierre Comillon.

Estavam presentes à reunião no plenário, integrando a bancada italiana, o Senador Vitalício da Itália, Giulio Andreotti, que governou aquele país por

muitos anos, e o ex-dirigente do antigo Partido Comunista italiano, Achille Occhetto. Coube-me a honra de ocupar a tribuna e de expressar a posição da bancada da representação do Brasil.

A reunião foi inspirada no fato de que a fome no mundo é um desafio maior do que os avanços tecnológicos conseguidos pela humanidade. Até hoje, não se encontraram soluções para esta questão que se tornou intolerável para a humanidade.

Estima-se a população mundial em aproximadamente 5,8 bilhões de pessoas. Existem no mundo 800 milhões de indivíduos – aproximadamente 15% da população mundial – que não têm o suficiente para prover a sua alimentação básica, dos quais mais de 200 milhões são crianças com idade inferior a cinco anos, que, por deficiência de alimentos energéticos e de proteínas, estão tendo o seu desenvolvimento físico-intelectual danificado, talvez de forma irreversível. A humanidade tem fracassado na tentativa de solucionar esse problema.

Naquela mesma cidade, em 1974, os dirigentes de quase todos os países assinaram uma declaração emocionada de rejeição à continuidade da fome no mundo e se propuseram a realizar um plano de ação que deveria, em 20 anos, reduzi-la a números que, ao menos estatisticamente, fossem desprezíveis, aceitáveis.

A realidade é que até hoje não se percebe nenhum resultado realmente significativo da realização daquele plano de ação, que falhou escandalosamente naquilo que tinha de maior responsabilidade, principalmente porque os países desenvolvidos não o executaram como deviam.

Os compromissos que assumiram...

A Sra. Marina Silva – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Com prazer, ouço V. Ex^a.

A Sra. Marina Silva – Recentemente, li um livro do Frei Leonardo Boff, no qual ele faz uma abordagem muito semelhante a essa de V. Ex^a, ou seja, os avanços tecnológicos que a humanidade conseguiu não têm sido capazes de reverter-se em melhoria da qualidade de vida das populações numa questão elementar: o direito à alimentação. Ele também se reporta a essa questão que V. Ex^a enfoca, isto é, o desafio dos países desenvolvidos. Há uma orientação da ONU no sentido de que os países ricos invistam, em sinal de solidariedade, pelo menos 0,7% do seu PIB nas campanhas de combate à fome e à miséria. Lamentavelmente, a maioria dos países não fazem isso. Os Estados Unidos, considerados um

dos países mais ricos, investem apenas 0,15% nesses programas. Assim, realmente ficamos impotentes. O combate à miséria e à fome é, antes de mais nada, uma luta de combate ao egoísmo, à indiferença e à concentração de bens que, teoricamente, seriam de todos, nas mãos de poucos. Recentemente li um livro que, ao abordar os ideais da revolução burguesa – igualdade, liberdade e fraternidade –, dizia que tais ideais foram realizados apenas para a classe que levantou essa bandeira: a burguesia, porque a grande maioria continua vivendo nas mesmas condições. Segundo o autor, hoje estamos diante de um impasse: as pessoas saciaram tanto e principalmente o item satisfação do desejo de coisas, alimentos e objetos, que estão à beira de sofrer um colapso pelo excesso de ter, mas também estão sofrendo profunda crise da condição de ser; estão vivendo um vazio, que eu identifico na falta de sentimento, de respeito, de nossa incapacidade de nos indignarmos e de sentirmos o sofrimento do outro. Parabenizo V. Exª pela oportunidade do pronunciamento e pelas constatações que fez nesse encontro.

O SR. GERALDO MELO – Agradeço a intervenção de V. Exª, Senadora Marina Silva. Eu não saberia dizer-lhe o quanto me honra receber sua intervenção. A realidade que V. Exª mostra tem muita razão de ser.

Dizia, pouco antes de seu aparte, que foram os países ricos que mais falharam no cumprimento dos compromissos assumidos em 1974. Na realidade, entre os objetivos principais que eles se comprometeram a atingir, estava a responsabilidade de prover as condições imediatas para que se iniciasse um esforço capaz de garantir que a produção de alimentos no mundo, a partir de então, cresceria 4% ao ano e não 2,5% ou 2,7%, que ocorrera no anos anteriores à Conferência de 1974, e também a de prover os recursos materiais para que os países subdesenvolvidos, principalmente os da África central, na região subsaariana, tivessem condições de participar desse incremento de produção de alimentos.

Na realidade, nenhuma das duas coisas aconteceu. A produção de alimentos continuou crescendo a uma taxa inferior a 3%, e uma das principais razões para que isso ocorresse foi exatamente que os recursos prometidos na Conferência de 1974 não foram mobilizados na escala em que deveriam.

Outro aspecto que pretendia destacar, que de certa forma já foi assinalado no aparte da Senadora Marina Silva, tem a ver precisamente com a questão da apropriação da produção de alimentos no mundo. Estatisticamente, o consumo per capita de calorias é

da ordem de 2.700 calorias por pessoa/dia. Duas mil e setecentas calorias são perfeitamente suficientes para atender às necessidades diárias de qualquer pessoa. A Estatística, já dizia um crítico bem-humorado, é uma técnica – outros dizem que é uma ciência – por meio da qual se demonstra que se uma pessoa comeu 1kg de carne na semana e a outra pessoa não comeu nenhum grama, cada uma delas comeu 1/2kg.

Na realidade, o consumo per capita mundial de calorias é de 2.700 calorias, mas esse não é o consumo dos 800 milhões de famintos que existem no mundo. Na verdade, é preciso que algumas pessoas consumam 3.000, 3.500 e até 4.000 calorias/dia para que haja 800 milhões de pessoas que não têm praticamente nenhuma segurança alimentar no sentido de que possam, de fato, ter a certeza de que terão acesso ao consumo mínimo de calorias por dia.

Essa é uma questão relacionada com o outro desafio que teremos de vencer no próximo século: como distribuir a riqueza e a renda na face da Terra. Se de um lado há famintos, de outro, há excedentes agrícolas estocados, de forma monumental, dentro dos limites da Comunidade Econômica Européia, onde, para citar apenas um exemplo, os excedentes de manteiga, a partir de determinado período de permanência nos estoques, são comercializados como matéria-prima para fabricação de óleo comestível e óleo lubrificante. Já que não apareceu mercado para consumir o excedente de manteiga, transforma-se a manteiga em óleo, enquanto pessoas continuam morrendo de fome, sem acesso a esses alimentos.

Essa é essencialmente uma questão de distribuição dos recursos, de distribuição da renda. Esse é o desafio da arquitetura das relações sociais no mundo neste final do século XX. No momento em que vou encerrar este pronunciamento, cabe assinalar uma dúvida perturbadora: hoje se fala muito em globalização. Eu até me admiro ao ver certas pessoas falarem desse assunto com uma segurança tão grande que parece até conhecerem a globalização, que é um fenômeno novo, em marcha e desconhecido. No entanto, vejo aqui mesmo no Brasil alguns autoproclamados sábios falarem sobre o mundo globalizado como se soubessem o que é globalização. E o pior é que todos temos de acreditar.

Pois bem, nesta Casa todos conhecem a minha posição de homem que defende a propriedade privada dos meios de produção; de homem que acredita na utopia com que sonharam os socialistas, mas não acredita que eles tenham encontrado a forma de realizá-la e por isso fracassaram; de homem

que acredita na iniciativa privada, que acredita no mercado, mas que não acredita que o mercado sozinho resolva, como muitos pretendem, todos os problemas da humanidade.

O mercado virou, de uma hora para outra, o super-herói do final deste século. Aqui, a esse super-herói, deixo uma indagação: se é o mercado capaz de criar todos os estímulos para que se realize a produção necessária, se isso for uma verdade que não possa ser questionada de forma alguma, se estiveram errados quanto a isso Lord Keynes, no seu tempo, os que promoveram o New Deal nos Estados Unidos da América, os que promovem hoje as políticas de desenvolvimento regional na Alemanha, se todos eles estiveram ou estão errados e se o mercado sozinho resolve tudo, há uma coisa que precisamos colocar para que eles nos respondam.

Existe fome precisamente porque não existe mercado. São seres humanos, são famintos, são pessoas necessitando de comida que precisa ser produzida; são tudo o que se queira menos mercado, pois o seu tamanho como mercado é o tamanho do seu poder de compra, que é quase igual a zero. Quero saber como é que um mercado inexistente vai criar os estímulos necessários para que os automatismos do processo produtivo cheguem sozinhos aos rincões da África, às multidões que se movem do Zaire para Ruanda, como chegará ali a mão mágica do mercado para preencher os estômagos vazios de todas aquelas multidões. Ali não há produção, porque não há mercado.

Esta é a indagação que faço: não há mercado, mas há fome. Como vamos fazer?

A Srª Marina Silva – V. Exª me permite um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Ouço V. Exª com prazer.

A Srª Marina Silva – Achei muito interessante ouvir V. Exª falando que a globalização é um processo em curso e que não é uma questão de acreditarmos ou não, é um fato. Como nós, sujeitos deste presente, iremos nos inserir neste processo? V. Exª tem razão quando diz que há pessoas que falam com tal segurança, que até parecem que já conhecem todo o processo. Neste ponto, eu me reporto a uma frase que diz que o único profeta, o infalível, é o historiador, porque ele profetiza do presente para o passado. Profetizar, com tanta segurança, do presente para o futuro, ou se é Deus ou se é charlatão. Muito obrigado.

O SR. GERALDO MELO – Agradeço as palavras de V. Exª. Em algum lugar, Sr. Presidente, Srª e

Srs. Senadores, ouvi certa vez um comentário bem humorado sobre o economista. Alguém dizia que o economista é alguém que tem uma grande capacidade de nos explicar porque as coisas não aconteceram como ele previa. De forma que é como se estivéssemos – e parece que estamos, Senadora Marina Silva – dizendo a mesma coisa.

Praza aos céus que a declaração dos chefes de Estado assinada em Roma, os compromissos que os parlamentares do mundo inteiro assumiram, assinando uma declaração ao mesmo tempo, praça aos céus que o plano de ação que fizeram sejam capazes de resolver o grande desafio, o intolerável desafio de sabermos que, num mundo capaz de realizar as proezas tecnológicas que temos realizado, não foi este mundo capaz ainda de garantir que 800 milhões de seres humanos tenham o que comer amanhã de manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Melo o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sr. José Sarney, Presidente

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem a palavra o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apresentei um requerimento à Mesa do Senado propondo uma moção de apoio desta Casa à realização das Olimpíadas de 2004 no Rio de Janeiro. E gostaria de registrar aqui as razões que me moveram a tal gesto.

O Rio de Janeiro, com suas belezas naturais, com sua tradição, com sua história, é, de certa forma, a cidade símbolo do Brasil. É um patrimônio nacional, orgulho de todos os brasileiros. E o seu futuro não diz respeito apenas aos cariocas. O futuro do Rio de Janeiro diz respeito a todos os brasileiros.

Há visíveis sinais de recuperação na cidade do Rio de Janeiro. Há uma visível reação da cidade à deterioração da qualidade de vida nas duas últimas décadas.

É fundamental que, numa oportunidade como esta, se faça o resgate da imagem do Rio como símbolo do País no exterior, do espírito alegre e criativo do brasileiro, das suas belezas naturais, do seu clima, do seu mar, do verde e do contraste com a montanha. Mais do que isso, da ausência da violência política no País e no Rio de Janeiro.

Esse é um conjunto de atributos que credenciam o Rio a sediar a Olimpíada de 2004. É impor-

tante frisar que a candidatura do Rio de Janeiro não é apenas a candidatura de uma cidade, é sobretudo a candidatura de todo o País. Para a reconstrução da imagem do Brasil e do seu potencial turístico no exterior, termos a Olimpíada de 2004 no Rio de Janeiro é um passo fundamental. Há ganhos de curto prazo e ganhos de longo prazo que superam de longe os investimentos necessários à promoção dos jogos.

Alguns poderão dizer que os investimentos são vultosos, mas é preciso registrar que a iniciativa privada será parceira deste empreendimento, de modo a reduzir ao mínimo a aplicação dos recursos públicos. Em contrapartida, o saldo com a realização das Olimpíadas no Rio será, para o País, francamente favorável. Os exemplos estão aí: Barcelona e Atlanta. Os jogos realizados nessas cidades deram lucro financeiro por conta do turismo e dos direitos de venda de publicidade e de transmissão de sons e imagens.

Calcula-se que a realização dos jogos no Rio poderá ser responsável pela criação de 114 mil novos empregos diretos, sem contar que toda a estrutura física a ser construída para sediar as competições ficará como legado para a cidade e o País.

Capacidade de organizar e promover uma festa desse porte já foi demonstrada pelos cariocas e pelos brasileiros. Em 92, a cidade hospedou mais de cem chefes de Estado e de Governo na Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio 92 – e, registre-se, sem nenhum incidente, nenhum desliz. O Rio de Janeiro já foi testado e passou pelo teste. A imagem do Rio, maculada nos últimos anos pelos altos índices de violência, está melhorando: o número de homicídios reduziu-se em 20% este ano em relação ao ano passado. Atlanta, sede da última olimpíada, levou cinco anos para registrar a mesma queda no índice de homicídios. Prevê-se a participação de 50 mil policiais na garantia da paz e da tranquilidade para os turistas e atletas. Por tudo isso, o Rio inclui-se entre as favoritas para ganhar a indicação do Comitê Olímpico Internacional. Os 15 membros que compõem o comando do Comitê estiveram nesse final de semana no Rio para examinar de perto as condições que a cidade oferece para realização dos Jogos – e saíram bem impressionados com o que viram.

O Presidente da FIFA, João Havelange, não tem dúvidas de que o Rio será uma das 5 cidades selecionadas entre as 11 que se candidataram.

O Brasil – e o Rio, em particular – deve voltar os olhos para o emprego inteligente, que não polui, o desenvolvimento do turismo, do esporte, do lazer,

sua vocação natural. A organização da Olimpíada 2004 será um importante instrumento para se atingir esse objetivo.

Há um exemplo que penso merece ser citado, Sr. Presidente: a Espanha, que tem 40 milhões de habitantes, recebe por ano 40 milhões de turistas, e cada um deles deixa, em média, no País, US\$1 mil. Isso significa que a Espanha recebe de divisas, apenas com o turismo, US\$40 bilhões por ano.

O Brasil, com suas imensas e diversificadas belezas naturais, com seu litoral fantástico de Norte a Sul, com as belezas das suas cidades, das suas florestas, do Pantanal, enfim, com todas as suas belezas, recebe hoje apenas um 1,5 milhão de turistas por ano. É muito pouco.

As Olimpíadas do Rio em 2004 poderão ser o grande ponto de inversão, o grande ponto de mudança que fará com que este País veja no turismo, no lazer e no esporte a criação do emprego inteligente, a criação de novo perfil econômico que possa gerar novos empregos e melhorar a vida da nossa gente.

Por isso, Sr. Presidente, é que encaminhei esse requerimento, para o qual peço o apoio de todos os Senadores, de todos os Partidos e de todos os Estados. Peço que o Senado Federal não se omita e – mais do que isso – compareça com uma posição, que espero unânime, de apoio a essa iniciativa de candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas de 2004.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.095, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, de conformidade com o disposto no art. 222 do Regimento Interno, seja consignado voto de solidariedade e apoio do Senado à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos de 2004.

Cidade-síntese do Brasil, expressão acabada do espírito alegre e criativo do nosso povo e das belezas naturais do País, o Rio conta, nessa candidatura, com o apoio de todos os brasileiros. Sua capacidade de promover com êxito evento de tamanho porte já foi demonstrada recentemente, quando a cidade hospedou mais de cem chefes de Estado e de governo durante a Conferência Mundial de Meio-

Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Nenhum incidente verificou-se naquele encontro, nenhum deslizamento maculou sua organização.

A realização da Olimpíada de 2004 no Rio certamente elevará a imagem da cidade e do Brasil no exterior, consolidando sua vocação cultural, esportiva e de centro turístico e de lazer.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1996. —
Senador **José Roberto Arruda**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, o requerimento lido vai à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.096, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, as seguintes informações:

1) Qual a evolução do número de contribuintes da Previdência Social, no período de 1950 a 1995, discriminadamente, segundo cada uma das seguintes categorias:

- a) assalariados;
- b) autônomos; e
- c) empregadores.

2) Como evoluiu, no mesmo período, o número de beneficiários, discriminando-se anualmente, em relação ao total:

- a) o número de aposentados;
- b) o número de pensionistas; e
- c) o número de benefícios temporários.

3) Qual (em valores atualizados) o valor da receita de contribuições, no período de que trata o item "1", discriminadamente segundo:

- a) contribuição de empregados;
- b) contribuição de autônomos; e
- c) contribuição de empregadores.

4) Comparativo entre a População Economicamente Ativa (PEA), no período de 1950/1995, em relação ao número total de segurados.

5) Comparativo entre a receita total da Previdência, incluindo-se a receita patrimonial, no mesmo período, em relação ao Produto Interno Bruto.

6) Qual a relação entre o número total de contribuintes de todas as categorias e o número de fiscais previdenciários, no mesmo período.

7) Se é possível discriminar, em relação aos Institutos de Previdência, à Previdência Unificada, e à sua atual estrutura, o número de servidores, as despesas administrativas e a despesa global do sistema previdenciário.

8) Qual a arrecadação da Previdência, no período 1950/1995, relativamente à participação dos rendimentos do trabalho.

9) Como evoluíram, em termos percentuais, as contribuições previdenciárias dos empregados, autônomos e empregadores, no mesmo período de que trata o item "5".

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1996. —
Senador **Gulherme Palmeira**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) — O requerimento lido será despachado à Mesa Diretora, na forma do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 115, DE 1996

Altera a Resolução do Senado Federal nº 69/95, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas Autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O § 2º do art. 16 da Resolução nº 69/95 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º Incluem-se nas disposições deste artigo os títulos a serem emitidos para atender à liquidação dos precatórios judiciais pendentes de pagamento, objeto do art. 33 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, submetidos às seguintes condições:

1. os recursos a serem obtidos pelas emissões autorizadas por este parágrafo não poderão ser utilizados para pagamentos de deságios e/ou custos financeiros e deverão ser depositados em uma conta vinculada específica para o pagamento dos precatórios, completamente separada das demais contas que porventura a entidade emissora detenha;

2. a entidade emissora dos títulos deverá enviar ao Banco Central do Brasil e à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, os documentos comprobatórios dos pagamentos de precatórios efetuados até o mês subsequente ao débito na conta vinculada.

Justificação

Acredito que somente assim teremos a garantia de que os recursos a serem captados serão exclusivamente utilizados no pagamento dos precatórios, pois os mesmos não serão confundidos com outras disponibilidades financeiras da entidade emissora, mas mantidos em uma outra conta vinculada especificamente ao pagamento dos precatórios. Quero deixar claro que tal conta será de livre movimentação por parte da entidade emissora, sendo vinculada ao pagamento dos precatórios e não vinculada a outro órgão ou entidade municipal, nem estadual ou federal. A conta vinculada significa que somente poderão ser efetuados saques para o pagamento dos precatórios e não para qualquer outro objetivo, por mais justo que seja uma vez que a Constituição Federal o proíbe.

Com a inclusão destes parágrafo teremos inclusive reais condições para uma perfeita fiscalização da destinação dos recursos captados e para que seja exigido o imediato resgate dos títulos, caso os recursos sejam desviados para outras finalidades, como determina o § 4º do art. 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal.

A necessidade do depósito na conta vinculada dos valores dos deságios que eventualmente sejam observados com recursos provenientes de outras fontes que a entidade emissora disponha, significa uma precaução para que no futuro não sejam solicitadas novas autorizações para o pagamento de precatórios que não se consiga pagar em função da insuficiência de recursos, criado assim uma cadeia interminável de emissões para cobrir o deságio de emissões passadas para o pagamento dos precatórios.

Sala das sessões, 25 de novembro de 1996. –
Senador Vilson Kleinübing.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 1995

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

CAPÍTULO I Das Operações de Crédito I

CAPÍTULO III Da Autorização do Senado Federal

Art. 16. Os pedidos de autorização para o lançamento, oferta pública ou colocação no mercado de títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão ser encaminhados ao Senado Federal, por intermédio do Banco Central do Brasil, devidamente instruídos com a documentação prevista nos incisos I a IX do art. 13, devendo o parecer de que trata o inciso IX conter, também, informações sobre:

I – a quantidade de títulos da espécie já emitidos e o desempenho dos mesmos junto ao mercado secundário;

II – o perfil do endividamento da entidade emissora após a efetivação da emissão de títulos pretendidos;

III – a observância dos limites fixados nesta Resolução e o impacto da operação de crédito no mercado mobiliário.

§ 1º Os títulos de que trata este artigo deverão guardar equivalência com os títulos federais, e seus prazos de resgate não poderão ser inferiores a seis meses, contados da data de sua emissão.

§ 2º Incluem-se nas disposições deste artigo os títulos a serem emitidos para atender à liquidação dos precatórios judiciais pendentes de pagamento, objeto do art. 33 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º Os títulos de que trata o parágrafo anterior não se incluem nos limites previstos no art. 4º

.....
(A Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se quinta-feira, dia 28 do corrente, às 11h30min, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15h30min

- 1 -

REQUERIMENTO Nº 1.050, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.050, de 1996, do Senador Jefferson Péres, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1996, de autoria da Senadora Marina Silva, que institui a meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos e dá outras providências, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 2 -

REQUERIMENTO Nº 1.057, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.057, de 1996, do Senador Roberto Freire, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1995, de sua autoria, que dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica.

- 3 -

REQUERIMENTO Nº 1.059, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.059, de 1996, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1996, com os Projetos de Lei do Senado nºs 236, de 1995, e 84, de 1996, já anexados, por versarem o mesmo assunto.

- 4 -

REQUERIMENTO Nº 1.068, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.068, de 1996, do Senador Coutinho Jorge, solicitando, nos termos regimentais, a dispensa do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 197, de 1996, de sua autoria, que altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências, cujo prazo já se encontra esgotado.

- 5 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 964, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 1995, de autoria do Senador

Lúcio Alcântara, que dispõe sobre as contas hospitalares no Sistema Único de Saúde e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário, Relatora: Senadora Benedita da Silva, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais, favorável com emenda que apresenta.

- 6 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 105, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 105, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 582, de 1996), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro (ES) a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de cento e vinte e um mil, novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos, destinada à ampliação do Sistema de Água da Sede do Município.

- 7 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 106, DE 1996

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 106, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 583, de 1996), que autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1996.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h45min.)

ATO Nº 378/93

Do Presidente, que aposentou JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, Técnico Legislativo.

APOSTILA

Fica alterado o presente ato para fazer constar do fundamento legal da concessão de aposentadoria de JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS a referência ao art. 41 da Resolução SF nº 42/93, conforme Decisão nº 283/96-TCU-2ª Câmara, de 22-8-96.

Senado Federal, 22 de novembro de 1996. - **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.313, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e ten-

do em vista o constante no Processo nº 16415/96.5, de interesse da Secretaria de Controle Interno, resolve designar a servidora MARIA ONÉLIA ALENCAR GOMES, matrícula 1825, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Auditoria de Programas, Símbolo FC-5, da Secretaria de Controle Interno, nos eventuais impedimentos e afastamentos da titular.

Senado Federal, 22 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.314, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.434/95-0, resolve alterar o Ato nº 172, de 1985, que aposentou FRANCISCO OLÍMPIO GOMES, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, na forma prevista pelo art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, para substituir a vantagem prevista no art. 430, inciso III, da Resolução SF nº 58/72 por aquelas estabelecidas na Resolução SF nº 74/94, com a

transformação determinada pela Medida Provisória nº 1.480-23, publicada em 25-10-96, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 25 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.315, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 022.437/94-0, resolve alterar o Ato nº 164, de 1990, que aposentou ÁLVARO ALVES DE ARAUJO, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, para substituir a vantagem prevista no artigo 517, inciso III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal pelas vantagens previstas nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução SF nº 74/94 c/c a Medida Provisória nº 1.160/95, de 27-10-95 e suas reedições, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 25 de novembro de 1996 –
Agaciel da Silva Mala, Diretor-Geral.

MESA**Presidente**

José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário

Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário

Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário

Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário

Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE

Eduardo Suplicy – PT – SP

Ney Suassuna – PMDB – PB

Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Wilson Kleinübling – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPTÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/98-SF/GSRFRE e Of. 099/98-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIAO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Cassido Maldaner		Roberto Requão
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Holanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Gerardo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Élias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPB	
Fetter Júnior ^{3 4}		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

² Filado ao PSDB em 22-6-95

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 14-2-96

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sêrvulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

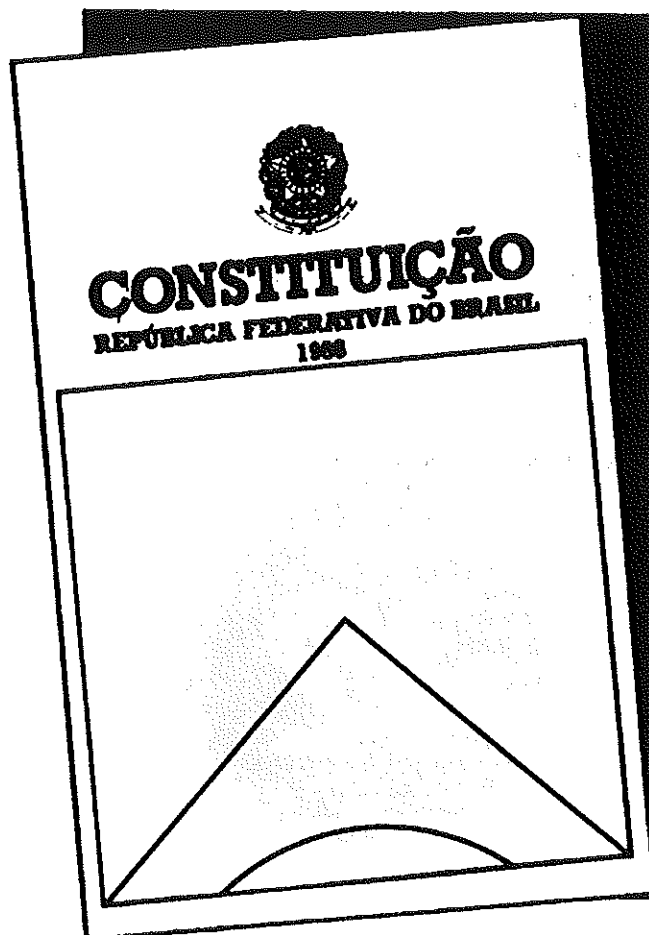
Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS